



## EMBATES E DESAFIOS DAS CLASSES MULTISSERIADAS EM DUAS ESCOLAS DE MATO GROSSO DO SUL

Suely Cristina Soares da Gama (SEMED/MS) – [suely.gama@hotmail.com](mailto:suely.gama@hotmail.com)

Ilza Alves Pacheco (SEMED/MS) – [ilza.educ@gmail.com](mailto:ilza.educ@gmail.com)

Kleide Ferreira de Jesus (PPGE/UCDB/MS) – [kleideferreira@hotmail.com](mailto:kleideferreira@hotmail.com)

### GT 14 – MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

**Resumo:** Este artigo trata acerca de ensino aprendizagem da Educação do Campo nas classes multisseriadas, perante aos embates da ausência de elementos didático-pedagógicos, das políticas públicas e recursos pedagógicos, que vivenciaram metodologias desenvolvidas pela Lei n. 5692/1971, à organização (1ª à 4ª séries) do ensino fundamental. Assim como as ações com base na Lei n. 9394/96, sabe-se que a educação do campo é marcada por uma diversidade de adaptações, recursos didáticos e metodologia de ensino do campo estabelecida entre professores, por métodos transmitidos nesses períodos, por uma pedagogia tradicional e as novas propostas matizadas por concepção de prática e política pedagógica e desempenho de prática oriunda tradicionalista. Está pesquisa, observou-se a temática da Educação no campo e descrevendo um breve histórico de classes multisseriadas na Escola Municipal de 1º grau “Hélio Turquino” do Município de Eldorado, Estado de Mato Grosso do Sul, e “Escola Municipal João Paulo I, Pólo” Município de Iguatemi – MS.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Escolas. Salas Multisseriadas.

### 1 Introdução

Ao analisar conceitos sistematizados à população do campo, educação de ensino e aprendizagem com metodologia, recursos e prática utilizadas na construção de conhecimentos, cujas competências de habilidades contidas na linguagem campesina em classes multisseriadas, entendeu-se a necessidade de uma reflexão quanto ao desenvolvimento das práticas pedagógica do campo, referindo-se a os objetivos, metodologias, recursos pedagógicos, políticas públicas e entre outros do ensino campesino.

Entretanto, é assumir identidade e pertencimento das raízes que emanam as práticas dessa autora perante uma diversidade sociocultural que sobrepõe em todos os sentidos abrangendo espaços relacionados à região brasileira predominantemente uma população multicultural com modos de vidas peculiares que gerou o interesse em relatar

experiências vividas das práticas pedagógicas das aulas multisseriadas na educação rural.

Certifica-se que o ensino aprendizagem no meio rural é marcado por uma diversidade de escolas com níveis de desenvolvimento socioculturais entre índios, ribeirinhos, quilombolas, caiçaras e entre outros acompanhados por metodologias de ensino assim, concebidas classes multisseriadas. Apesar de que a história desse método de ensino nas escolas do campo sempre foi sustentada por políticas compensatórias no que diz soluções ao acesso a escolarização de um número reduzido de crianças e jovens existentes no campo.

Essas instituições em alguns locais ainda há um único docente, na qual ele sobrecarrega-se de atividades perante as circunstâncias surgidas na condição de diversos trabalhos realizados na sala de aula como: merendeira, secretária, serviço geral, psicóloga, enfermeira, vigia escolar e na maioria das vezes, realizando o papel de pai e mãe. Situação vivenciada em classes multisseriadas nos municípios de Eldorado e Iguatemi.

Neste caso apresentamos a temática da Educação no campo e descrevendo um breve histórico de classe multisseriada na Escola Municipal de 1º grau “Hélio Turquino” do Município de Eldorado, Estado de Mato Grosso do Sul, e “Escola Municipal João Paulo I, Pólo” Município de Iguatemi – MS.

## **2 Escolas multisseriadas - espaços de relações**

Ao se referir sobre o tema Escola direciona-se a ela de uma forma muito especial pelas passagens tida no período de infância, adolescência e acadêmica, porém ao retratar escolas multisseriadas entende-se uma organização de sala de aula, com metodologia de prática no ensino aprendizagem em que alunos de diferentes idades e tempo ou níveis de escolarização os quais são reconhecidos por série ou ano escolares, ocupam uma mesma sala de aula, sob a responsabilidade de um único professor.

Esta teoria desenvolvida no contexto do campo, na qual, de acordo com Arruda (1989),

As escolas e classes multisseriadas resultantes de um período histórico do Brasil colônia nos remete a um passado em que docentes leigos e leigas davam aulas para os filhos dos proprietários de terras ou seja para o proletariado que tinha condição econômica razoável após a expulsão dos jesuítas do país em 1759. Período em que desmorona a estrutura artificial e

paternalista, criada pelos padres, e, índios “civilizados” devido à falta de recursos financeiros e moral (ARRUDA, 1989, p.121).

Assim, foram desenvolvidas maneiras de transmitir conhecimentos entre pessoas, grupos e comunidades, pois se percebeu que aprendizagem é transmissão de saberes de esoa para outra, assim construindo valores, hábitos e costumes entre nações, todavia, progressivamente, formalizando conceitos considerando os níveis de aprendizagem obtidos por práticas, por experiência ou aprendizado que o tempo encarrega de transmitir e mesmo assim o senso comum não foi o suficiente para avançar, expandindo-os na árdua tarefa de monitorar ações de caráter pedagógico.

Cada sociedade, em seu determinado tempo histórico arquitetou formas diferenciadas de composição do fazer pedagógico. Seja pela transmissão de valores morais, seja por um ensino rígido pautado em castigos físicos, seja por uma educação mediadora, cada grupo contribuiu à sua maneira para compor e caracterizar a educação que vivemos nos dias de hoje.

Porquanto, no ano de 1889 criaram novos grupos escolares relacionando a técnica de ensinar e aprender por meio de grupos escolares através do modelo seriado de escolarização pagando alguém apto e coerente a permanecer semanalmente em determinados locais para desempenhar ações de recursos pedagógicos, ou seja, escolarização a partir da técnica de ensino assim desenvolvido: lendo e sabendo as quatro operações datas importantes da história do Brasil era o suficiente para interagir em determinadas funções sociais.

Rememorando a história da educação brasileira, podem-se transportar algumas memórias ao período de colonização do Brasil. A influência dos jesuítas (Século XVIII), “na educação brasileira permanece viva até os dias atuais devido a caracterização de ensino em classes multisseriadas pela expansão de conhecimentos que mesmo perante as dificuldades conseguiram polir ações de práticas sociais”. (Nemi, 2009. p.10)

As marcas que perduraram ao longo da jornada sociocultural na formação dos conceitos ideológicos, filosóficos e teológicos no desenvolvimento de ações pedagógicas e apostólicas quando o catolicismo foi o cimento das unidades de grupos escolares, neutralizando os efeitos dessas culturas heterogêneas de classes hegemônicas. (Século XIX). (Nemi, 2009. p. 14)

A hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica, educação e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se.

Gramsci, (2002), conclui que:

A hegemonia não deve ser entendida como sendo os limites de uma coerção pura e simples, inclusa na direção cultural e no consentimento social em um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças, respeito, considerações e sentimentos diante da vida e do mundo. Gramsci, (2002, p.65)

Desde a década de 1970 o campo brasileiro passa por profundas transformações, resultantes da implantação do modelo de desenvolvimento econômico e agropecuário pelos governos militares que se deu início em 1964, e pelas ações dos principais protagonistas da luta contra esse modelo.

### **3 Ensino multisseriado: embates e desafios no Município de Iguatemi –MS**

Com a nova reforma da educação brasileira, onde na Lei 7.044/de 18 de outubro de 1982, altera alguns dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, a inclusão da educação e os desafios passam a diversificar entre as peculiaridades relacionadas em alguns fatores: creches e pré-escola, formação adequada dos profissionais da educação básica pela utilização dos métodos e práticas desenvolvidas pela falta de recursos pedagógicos na especificidade lúdica ou concreta período este que o procedimento didático docente predominante quadro de giz, articulações veiculada ao conteúdo e apagador posteriormente livro didático, educação que privilegiava o caráter utilitário do conhecimento, em detrimento de conteúdos considerados dispensáveis porque “teóricos”, de outro lado, esta escolha se deve a hipótese, de ter sido formulada em um contexto sócio-político e econômico diferente, mantendo o caráter tecnicista que marcada por essa legislação.(BRASIL, Lei 5692/71).

Dessa forma, as séries iniciais o conteúdo desprovido era por meio de períodos atividades desenvolvidas por meio de desenvolvimentos motores em visualizar assim, através de discriminação visual, coordenação motora, visão motora, espacial e entre outras sem queimar etapas, alfabetização caligráfica, silabários, método analítico e sintético.

O procedimento didático de origem empírica, intuitiva sem saber o que fazer e o que desenvolver, lia para extrair informações como direcionar determinadas atividades,

pontuando paginando de forma intermináveis para copiar e interpretar, de leituras e pesquisas em que direcionavam aos planos de aulas e a insistir na técnica de envolvê-los na sistematização de texto e, entre outros fatores relacionados aos espaços de sujeito do direito aos saberes das vivências do tempo.

Não esquecendo que cada criança tinha sua particularidade e na educação do campo daquele município apresentavam inúmeros embates de hábitos valores e costumes quanto ao comportamento, egocêntricos proteger se, a salvaguardar suas identidades sem argumentação articulavam o necessário, tornando se lentos no desempenho oral e escrito creio ser pela falta de literatura para proporcionar habilidades e competências na oralidade e escrita.

Conforme Morin, (1996a, p.275 apud Cava 2006)

Práticas infundadas e formuladas de aprendizagem dialógicas do campo do conhecimento das ciências naturais, nas teorias nas informações sistema entre o saber e a cibernética, que evidenciaram a necessidade de superar as fronteiras entre as disciplinas por meio do naturalismo.

Segundo o autor o Método é o elemento essencial, no uso das palavras na falta "Ele considera a incerteza e as contradições como parte da vida e da condição humana e, ao mesmo tempo, sugere a solidariedade e a ética como caminho para a inclusão dos seres e dos saberes. Na inter-relação com a vida, e a do conhecimento (da cognição) com a reinvenção e a(re)significação do mundo e de si mesmo.

Porquanto, nesse legado de métodos aplicados e metodologias desenvolvidas pelas práticas pedagógicas e recursos mediados, pelas ciências exatas e relacionadas natureza, no desempenho do ensino de alfabetização e desenvolvimento da linguagem do homem do campo uma forma de trabalho em que para desempenhar o plano de unidade de ensino usei ao que tinha ao alcance quadro, giz, cartilhas, livro, textos, inseridos e entre outros de práticas bucólicas numa perspectiva de contextualizações do cotidiano escolar.

Os corpos docentes e discentes do sistema escolar enfrentavam situações sociais em grandes proporções tais como: salário baixo, falta de merenda, meio de transporte, sistema de saneamento, recursos financeiros, materiais pedagógicos e entre outros de estornos relacionados à educação do campo dentre tais impedindo um bom desenvolvimento.

A partir de 1982 ainda no Município de Iguatemy lecionando na “Escola Municipal João Paulo II - Polo” essa autora retornou aos estudos despertando assim interesse em desenvolver aulas de maneira prazerosa utilizando recursos didáticos tais como a

ludicidade que era outro desafio que surgia, sendo ele o próprio material didático, pois descobre-se aí que pela prática construía-se uma proposta pedagógica que pela história da comunidade, do grupo, dos valores da região surtiria efeito paulatinamente percebendo-se avanços no interesse pela leitura, estudos de casos de cada um respeitando a individualidade perante a vida sócio econômica e a cultural camponesa pelos hábitos e costumes da região.

Em 1984, essa autora foi convidada a participar de um seminário oferecido pela rede estadual de ensino concepção de prática com recursos pedagógicos abordando o tema “Como trabalhar com a linguagem utilizando textos literários em educação física e educação artística” assim, familiarizou-se com obras de alguns autores: Ruth Rocha, Ana Maria Machado, Clarice Lispector Lúcia Pimentel e outros. Imediatamente as crianças deixaram aqueles exercícios mecânicos de cópias intermináveis de perguntas e respostas para uma leitura que conduz a pensar.

Para Almeida, (2008, p. 1796),

A formação dos educadores do Mato Grosso do Sul partiu de uma concepção de que a educação pode ser instrumento de reprodução camponês e transformação sócio espacial, compreendem que não basta a conquista da Terra pelos camponeses, direitos por outras lutas e ideais do homem e da mulher do campo, dentre educação direcionada para escola dos acampamentos e assentamentos.

Porquanto o grande desafio a ser enfrentado em produzir o material pedagógico que considerasse o saber a partir dos conhecimentos por meio das práticas com métodos intuitivos sabendo que a transmissão de conteúdos através de linguagem prévias e das didáticas culturais do homem e da mulher do campo reforçava a permanência na área rural ao mesmo tempo não perdendo sua essência, universalização da aprendizagem adquirida sem negar sua memória, um saber que é específico sem rejeitar sua trajetória, a totalidade, espaço de lhe cabe defender “mundo”.

Por visto, os recursos pedagógicos utilizados não eram suficientes até porque fazia parte da lei 5672/71 (art.43 e 79) dinheiro público não era exclusivo às instituições de ensino públicas, os municípios dispunham 20% e, até chegar as escolas ter conhecimento desses recursos pedagógicos quase impossível pela falta de comunicação e falta dos mesmos viabilizados à escola perante a distância e, as dificuldades nos meios de transporte meio de locomoção na região à cidade campo para o campo e cidade campo que somente nos dias úteis através de carroça ou, a cavalo.

O material pedagógico era bem limitado e, em muitas ocasiões a comunidade colaborava com outros recursos para a confecção da merenda escolar com produtos alimentícios, materiais exclusivos para os filhos e entre outros de sustentações variáveis.

Meados de 1982, a parceria entre novos conhecimentos e educação passa a ser importante, compreendendo a oferta de recursos didáticos que vão se tornando elementos indispensáveis no processo de ensino e aprendizagem: tipo máquinas de datilografias, mimeógrafos, exigências das provas mimeografadas em escola do campo, entre outros. Porém como lidar com esses aparatos perante as dificuldades encontradas com docentes que tinham o quadro e o giz como seu elemento primordial de trabalho para o desenvolvimento do conteúdo? Sendo a partir dessa situação que para os mais determinados, eram adquiridos o material com auxílio da comunidade, fazendeiros e colonos.

Nessa contextualização diretores, professores e estudantes expõem e fazem repercutir por meio de uma reunião realizada no dia 22 de novembro de 1983, na FUNCEP, em Brasília-DF, cujo propósito foi discutir sobre a problemática da atuação profissional em Educação do Campo, como também outro tão e quão importante para a complementação educacional dos alunos da zona rural, visando a criação de um órgão orientador, disciplinador e fiscalizador do exercício profissional.

Assim, voltada ao contexto de que nas escolas tanto rurais como urbanas passaram por modificações por falta de espaços, a comunidade que era constituída por ribeirinhos, carvoeiros, indígenas e a comunidade próxima, as aulas passaram a ser distribuídas e adaptadas conforme as peculiaridades da vida rural e de cada região, oferecendo conteúdos e metodologias apropriadas confrontando às necessidades do ensino do campo, à adequação do calendário escolar, às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

Porquanto sistematizava as ações, instrumentos de práticas dos fazeres pedagógicos de ensino perante as teorias fechando o ensejo em ciclos, que, de acordo com Molina e Freitas, (2012, p. 27),

Desafios que ao mesmo tempo, via possibilidades de a escola do campo articular os conhecimentos por meio das vivências que tinham a partir do trabalho com a realidade, religando educação, cultura e linguagem em que apreendidos em cada ciclo da vida de diferentes áreas de conceitos.

Adquirindo habilidades e competência argumentativa desinibida, em articular e defender-se na sociedade como cidadãos críticos aos seus direitos. Permitindo o direito de dar continuidade, além de o curso regular, outros em especiais a matricular-se, capacitando-se, tornando-se eficiente e preparado ao mercado de trabalho desenvolvendo aptidões para a vida produtiva.

#### **4 Escola Municipal de 1º grau “Hélio Turquino” do Município de Eldorado, Estado de Mato Grosso do Sul.**

Em 11 de outubro de 1977, o presidente Ernesto Geisel assinou a Lei complementar nº31 dividindo o Estado de Mato Grosso e criando o Estado de Mato Grosso do Sul perante as considerações dos aspectos socioeconômicos, político e culturais.

No ano de 1976, Eldorado foi elevado categoria de município assim, assume o primeiro prefeito Antônio Carrocini nomeado em 1º de fevereiro de 1977, por José Garcia Neto, o então governador do estado de Mato Grosso.

Emancipado na data de 13 de maio de 1976, com a Lei estadual nº. 3.692, desde que foi fundado, Eldorado vem se desenvolvendo graças à luta, à persistência e a determinação de todos que buscam a conquista de suas aspirações.

Em visto a tantas mudanças a população por unanimidade, tomados por uma consensualidade de ideias, ações e políticas discutiam alternativas em melhorias de políticas públicas e recursos sociais para desenvolvimento econômico e social do município.

Nessa empolgação se manifestavam euforicamente perante a gestão em desenvolvimento, as articulações dos poderes: executivo, legislativo e judiciário pelas Leis promulgadas aos direitos deliberativos municipais.

Neste segmento de procedência administrativa, os setores de educação, saúde, segurança e, entre outros, a comunidade rural também se organizou, exigindo educação para seus filhos. Em agosto 1977 se dá início a educação do campo através da escola rural. Nessa circunstância definiram meios para desenvolver o ensino aprendizagem e, na distância de 30 km da cidade de Eldorado, na fazenda do Sr. Hélio Turquino, a autora aceita uma proposta de trabalho como professora de zona rural, em grupo

multisseriado, nesse município, escola na qual foram encontradas muitas dificuldades dentre elas a grande escassez de recursos pedagógicos.

É importante ressaltar que o prédio escolar possuía arquitetura simples cobertura de telha paredes de tábuas, bancos compridos e largos, estilo arcaico, quadro e giz, e o saneamento básico era composto de água de poço e uso de mictórios (casinhas de madeira construídas do lado de fora e distantes da sala de aula) em caso de necessidades fisiológicas. O acesso era difícil onde os alunos precisavam percorrer quilômetros e enfrentar obstáculos como lama, chuva, estradas em péssimas condições, entre outros, para se fazerem presentes. Aproximadamente 45 alunos entre meninos e meninas com aprendizagem heterogêneas faziam parte desse grupo.

Nesse período podia-se contar com a praticidade pedagógica proveniente da filosofia familiar, assim a assiduidade fazia a diferença por meio das elaborações equacionadas através da leitura e reescrita, produtividade, desempenho das atividades propostas de interpretação e tipologia textual, para contextualizar de maneira oral e escrita.

Devido ao prédio conter sala única, não havia local adequado para armazenamento de material tanto pedagógico, como para a confecção da merenda e outros. Sendo composta de 24 carteiras duplas, de madeira bem desconfortáveis.

A “escola” funcionava em dois turnos, sendo Matutino e Vespertino, atendendo em ambos as turmas de segundo ano e de terceiro ano, no sistema multisseriado. Para tanto, a sala era dividida em duas partes, um lado era segundo ano e o outro lado o terceiro. Para melhor aproveitamento do quadro negro.

As práticas pedagógicas eram muito bem aproveitada e os conteúdos curriculares todos bem administrados pois enquanto um grupo copiava do quadro o outro estava trabalhando em outras atividades, utilizando gramáticas, dicionários, revistas, jornais, panfletos, para a produção de textos, tudo devido à falta de material paradidático. As avaliações eram simples, porém utilizava-se muito o critério de observação da participação e interesse.

Os pontos cardeais eram muito utilizados e por exemplificação dos próprios alunos. A matemática era muito trabalhada através das quatro operações e emprego da tabuada assim como as regências verbais. Oralmente os alunos aprendiam com maior

facilidade. A educação no campo quando em seu início era um grande desafio tanto para os alunos como para o professor.

A organização curricular era determinada pela Secretaria Municipal e seguida rigorosamente. Todos os conteúdos propostos eram trabalhados fielmente. A metodologia de ensino nas escolas multisseriadas destaca-se pela transmissão de conhecimento, sobretudo pela linguagem verbal escrita e oral que eram transmitidas por meio de elaboração de material pedagógico extraído de enciclopédias, cartilhas, coleções compostas das disciplinas a subsidiar o planejamento.

As atividades propostas de metodologia desenvolvida por leitura e interpretação, compreensão textual, reescrita de pequenos textos para o primeiro ano, sendo que as demais séries, respectivamente, ler, escrever, produzir, desenvolver as quatro operações, e as demais matérias, muitas vezes desenvolvidas a partir da realidade local: história, geografia, artes, ciências, utilizando de técnicas extraídas da natureza, vivenciando espaço, clima, raízes, folhas, caule e semente, entre outras fontes relacionadas a datas específicas concomitantes as vivenciadas na região e calendário escolar.

## **5 “Escola Municipal João Paulo I, Polo” Município de Iguatemi - MS.**

A estrutura física de uma escola é sempre importante ainda mais ao tratar-se de uma escola rural assim, incomumente, a Escola Municipal João Paulo I, Polo apesar de ser rural a arquitetura escolar foi construída de alvenaria cuja cobertura era com telhas de amianto e com piso bem estruturado para ser mantido higienizado sempre que propício nos horários adequados. Assim, continha uma sala de aula e uma cozinha para o preparo da merenda com duas turmas entre 45 a 50 alunos, locado a 15Km da cidade de Iguatemi – MS.

Assim, percebem-se as dificuldades dos profissionais devido à falta de apoio governamental e dificuldades relacionadas quanto a preparação dos materiais didáticos, currículo inexistente com diversidade e peculiaridades multiculturais, paradigma de uma prática fragmentada, caótica sem perspectiva pela ausência de materiais didáticos pedagógicos que poderiam viabilizar o trabalho do professor.

Hage, (2005, pág.56), explica que:

As escolas multisseriadas têm assumido um currículo deslocado das culturas da população do campo, situação que precisa ser superada caso se pretenda

enfrentar o fracasso escolar e afirmar as identidades culturais das populações do campo.

Nesse sentido, o professor de Educação do Campo, para lecionar no sistema de ensino de 1º Grau, hoje, Ensino Fundamental, exigia-se que o professor fosse habilitado em magistério caso não tivesse essa habilitação, atuaria como leigo, Lei 5692/71, mas deveria continuar a formação docente (magistério) assim, como aluno aprendia e depois se tornaria aptos a atuar profissionalmente ou, tornar-se professor de 1ª à 4ª série fazendo um ano adicional de estudos específicos, para ministrar conteúdos até a 6ª série.

Diante deste exposto que os órgãos de Políticas Públicas em prol da Educação do Campo propiciaram meios de forma a se adequar, espaço para deficientes e, entre outros, proporcionando aprendizagem para aqueles que não tinham atendimento por que se consideravam excluídos e, assim, passaram a ter acesso à escola e ensino do campo, deixando de serem excluídos, discriminados e desassociados.

Sobretudo, é importante despertar aos órgãos públicos referenciais voltados à educação do campo desde recursos pedagógicos a desempenho de ensino aprendizagem adequando a prática com a teoria perante as modalidades. Este relato tornou possível observar que as classes multisseriadas perpassam por inúmeros desafios durante o ano assim, pensar em projetos, modalidades de ensino adequando a realidade cujas metodologias voltadas a melhoria e qualidade de ensino campesino se faz de grande importância para o futuro desse grupo seletivo de cidadãos brasileiros.

### **Considerações finais**

Das considerações finais sistematizou-se elementos inseridos na educação do campo com salas multisseriadas, a prática pedagógica da qual foi utilizada durante o período em que elencou-se legados perante uma síntese, sendo que a descrição da realidade da classe multisseriada e do contexto escolar nos leva às indagações dentre elas, como pensar a escola do campo diante do reduzido número de alunos e da formação precária dos profissionais da educação, especialmente para o trabalho com os conteúdos relacionados à realidade agrícola e agrária no país e com uma comunidade de traços culturais camponeses, como também, pensar na necessidade de uma formação dos profissionais da educação para essa realidade.

A contextualização das práticas pedagógicas e, das metodologias em que o aluno mesmo conduzido a combinar elementos treinar silabários, memorizar tabuadas e entre

outros conteúdos por meio do pensar despertavam aprendizagem elaboradas do antes que se fez novo, se dispôs a ser ultrapassado por inserção a outrem via pensamentos.

A organização da escola do campo deve elucidar determinados paradigmas, pois os mesmos não são elementos isolados uma não existe sem a outra, mas se encontram em indissolúvel unidade. Uma depende da outra e exercem uma influência mútua, não uma depois da outra, mas uma e outra ao mesmo tempo.

Como pensar nas escolas multisseriadas do ponto de vista da interdisciplinaridade e da interação entre crianças de um mesmo local, com idades e experiências de vida diferenciadas sem antes colocar em questão o interesse e participação da política e seus representantes da Educação no país? Simples e fácil, aprimorando os profissionais que estão realmente à frente desses alunos e desses interesses para que possam além de educar também trabalhar dentro dessa política apresentando a realidade e buscando soluções.

Sobretudo, é uma realidade que precisa ser repensada e acima de tudo ter professores com práticas pedagógicas críticas e marcadas por conteúdos condizentes com as necessidades curriculares e com aquelas dos sujeitos sociais de cada localidade.

## Referências

ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2008.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org.). **Educação do Campo: fundamentos filosóficos, sociológicos, históricos, políticos e econômicos - Módulo III**. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2013.

ARROYO, Miguel G.; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999. (Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº 2).

ARROYO, Miguel G; CALDART, Roseli S; MOLINA, Mônica C; (orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel G. **Políticas de formação de educadores(as) do campo**. Caderno CEDES, vol. 27, n. 72, maio/ago. 2007, Campinas, SP: Unicamp. pp. 157-176.

BRANDÃO, Helena H.N. 2003. **Análise do discurso: um itinerário histórico**. IN: PEREIRA, Helena B.C. e ATIK, Maria Luiza G. Língua, Literatura, Cultura em diálogo. São Paulo, SP: Ed. Mackenzie.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Brasília/DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2002. Resolução CNE/CEB n. 1, 3 abr. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação, Gabinete do Ministro. **PORTARIA Nº 86, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013.** DOU de 04/02/2013 (nº 24, Seção 1, pág. 28). Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola.** Petrópolis: Vozes, 2000.

CAVA, P. P. **Pensando em direção a uma “pedagogia da complexidade”.** UniRevista, v.1, nº2, 2006.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - FONEC. **Notas para análise do momento atual da Educação do Campo. Seminário Nacional – BSB, 15 a 17 de agosto 2012.** Brasília. Digitalizado. 28 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia; Saberes necessários à prática pedagógica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 (Col. “Leitura”).

LDB. **Art. 28 da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96 -** <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11691706/artigo-28-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>>. Acesso em 30/08/2016.

MATO GROSSO DO SUL, Assembleia Constituinte. **Projeto de Constituição de Mato Grosso do Sul, Comissão de Sistematização agosto de 1989.** Campo Grande: Publicação Interna, 1989.

MATO GROSSO DO SUL, **Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul de outubro de 1989.** Campo Grande, 1989.

MOLINA, M. C. & JESUS, S. M. S. (orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004.

MONTEIRO. A. R. **O pão do direito à educação. Educação & Sociedade.** Campinas, CEDES, v.24, n. 84 Especial, p. 763-789, set. 2003. Disponível em: <[www.cedes.unicamp.br/](http://www.cedes.unicamp.br/)>. Acesso em: 26/09/2016.

NEMI, Ana Lucia Lana. **Ensino de história e experiência: o tempo vivido.** São Paulo. FTD, 2009.

PEREIRA, Jacira Helena do Valle; ALMEIDA, Rosemeire A. de. (Orgs.). **Educação no/do campo em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: UFMS, 2008.

VEIGA, Ilma Passos. **A prática pedagógica do professor de didática.** Campinas: Papyrus, 1992.